

Reforma deve esvaziar o orçamento monetário

24 AGO 1984
COMISSÃO

Com a reforma bancária, que deverá estar definida em fins de novembro, todas as contas do orçamento monetário serão incluídas no orçamento da União, até mesmo os encargos da dívida pública, anunciou ontem o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega, ao instalar a comissão especial que estudará em tempo integral, nos próximos dois meses, a maneira de realizar a reforma.

Na prática, será extinto o orçamento monetário. E as despesas governamentais se tornarão bem mais transparentes e, portanto, identificáveis pela sociedade. Assim, a aquisição de trigo, por exemplo, terá uma dotação no orçamento destinado ao Ministério da Agricultura. Se houver necessidade de compra adicional do produto, o ministério terá de cortar em alguma outra despesa. Atualmente, havendo pressões nesse sentido, o governo utiliza-se de emissão de moeda. E isso, constata técnicos do governo, mantém as finanças públicas e a inflação em altos patamares.

O secretário-geral da Fazenda contestou ontem as opiniões do ex-presidente do Banco Central, Paulo Lira, que classificou como "sem importância" a reforma bancária. Para Mailson, trata-se de uma opinião de quem aparentemente desconhece o projeto, porque ele vai provocar mais transferência das contas do governo, transferir para o orçamento da União os subsídios, restringir ao BC áreas que lhe são próprias e o Tesouro Nacional vai custear contas que hoje pressionam fortemente a política monetária, como por exemplo a aquisição de produtos agrícolas, o déficit do Iapac etc.

Na quarta-feira, no auditório do Ministério da Fazenda, 60 técnicos do governo tomarão posse no grupo e, a partir de então, trabalharão em tempo integral no assunto.

Foram ontem criados quatro subgrupos, um dos quais apresentará, em 30 dias, relatório sugerindo formas de transferir a administração da dívida pública para o ministério da fazenda.

BB VAI COMPETIR

"O Banco do Brasil vai entrar duro na competição" — afirmou ontem o seu presidente, Oswaldo Colin, ao comentar "o desafio da reforma bancária", delineada na última terça-feira pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, lembrou que, nos últimos 12 meses, a conta de movimento — disponibilidades do BC junto ao BB — permaneceu praticamente congelada, o que facilita a separação das autoridades monetárias, com a transformação do Banco do Brasil em efetivo Banco Comercial.

Segundo Colin, mesmo após a reforma, o Banco do Brasil continuará a praticar as menores taxas do mercado. Também o diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex), Carlos Viacava, ressaltou que, por operar com menores taxas de captação, o BB poderá cobrar menos que os demais bancos em todas as linhas de crédito.

Para o setor produtivo, a exclusão do BB das amarras impostas pelos atuais tetos do orçamento monetário significará maior oferta de crédito.